

15 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

STF paga diárias de Barbosa na Europa

Em férias, presidente da Corte receberá ajuda por período de 11 dias; tribunal diz que ele fará duas palestras, em Paris e em Londres

Barbosa vai receber diárias para palestras durante férias

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, receberá 11 diárias, no valor total de R\$ 14.142,60, durante as férias, para proferir duas palestras, em Paris e Londres, informa **Felipe Recondo**. Dados do tribunal mostram que Barbosa receberá para viajar entre os dias 20 e 30. A primeira palestra está marcada para o dia 24. A segunda será cinco dias depois. A assessoria informou que o ministro interromperá as férias.

Felipe Recondo / BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, receberá 11 diárias, no valor total de R\$ 14.142,60, durante suas férias, para proferir duas palestras – em Paris (França) e Londres (Inglaterra). Dados do tribunal mostram que Barbosa receberá diárias para viajar no período de 20 a 30 de janeiro.

A primeira palestra que Barbosa fará está marcada para o dia 24 em Paris, segundo a assessoria do Supremo. A segunda ocorre cinco dias depois, em Londres. Até ontem, os eventos não constavam da agenda oficial do presidente do Supremo. Não há, também, informações sobre onde ele está hoje ou sobre sua agenda para os demais dias.

O cronograma do evento francês, publicado no site da Agence Nationale de la Recherche – uma agência do governo francês dedicada à pesquisa científica –, indica que Barbosa

Temas

“Em todos os encontros o presidente abordará temas ligados ao funcionamento das instituições brasileiras, especialmente o Supremo”
Supremo Tribunal Federal

EM NOTA OFICIAL

fará uma palestra de 30 minutos sobre a influência da publicidade das sessões do Supremo, transmitidas ao vivo pela TV Justiça, na racionalidade das decisões do tribunal.

Na segunda palestra, marcada para o dia 29 na Inglaterra, o presidente do Supremo falará sobre o funcionamento da Corte, em colóquio organizado pelo King's College de Londres.

Oficialmente, Barbosa está em férias. Voltará ao Supremo apenas no início de fevereiro, para a abertura do ano do Judiciário. No final do ano passado, após a última sessão plenária do tribunal, o ministro disse em entrevista que tiraria 20 dias neste mês – do dia 10 ao dia 30.

Na ocasião, em entrevista gravada, ele disse que descansaria até o fim de janeiro. Perguntado sobre seu destino durante as férias, respondeu: “Você está querendo saber demais”.

Entretanto, ele antecipou a saída e deixou pendente o mandato de prisão do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), condenado por envolvimento no esquema do mensalão.

De acordo com informações do tribunal, não houve tempo hábil para que ele assinasse o mandato antes de viajar.

João Paulo permanece em liberdade, em Brasília, à espera de uma decisão da Corte. Internamente, a decisão de seu presidente de viajar antes de anun-

ciar uma decisão para o caso do petista provocou críticas entre colegas de tribunal.

Interinos. Com a saída do ministro para as férias, assumiu interinamente o comando do STF a ministra Cármen Lúcia. No início da próxima semana, ela deixa o posto e em seu lugar assume temporariamente o ministro Ricardo Lewandowski.

Tanto Carmen como Lewandowski deverão deixar a tarefa de assinar o mandato do deputado do PT para Barbosa.

A defesa de João Paulo entende que nenhum dos dois ministros teria poder para determinar a prisão imediata do parlamentar. Tal decisão caberia somente a Barbosa, que é o relator do processo. De fora do País, conforme integrantes do tribunal, Barbosa não poderia assinar a ordem de prisão.

Além dessa pendência, o presidente da Corte tem de decidir também se ordena a prisão do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), igualmente condenado por envolvimento no esquema do mensalão, mas que permanece em sua casa em Levi Gasparian, no interior do Estado do Rio de Janeiro, aguardando a decisão do relator sobre seu caso.

Barbosa programou sua volta ao tribunal para a abertura do ano judiciário, no dia 3 de fevereiro. No rol de processos pendentes estão, entre outros, os recursos de parte dos condenados no processo do mensalão, o julgamento dos planos econômicos e o pagamento de expurgos decorrentes da correção das cadernetas de poupança – além da questão da constitucionalidade do financiamento de campanhas eleitorais por empresas privadas.

15 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Presidente vai interromper férias, informa Supremo

● O Supremo Tribunal Federal informou que o ministro Joaquim Barbosa interromperá as férias para proferir duas palestras em Paris (França) e Londres (Inglaterra), mas não informou qual a agenda para os dias em que não terá oficialmente compromissos. A assessoria da Corte disse que o ministro se encontrará com autoridades dos dois países nos outros dias e retribuirá visitas que teria recebido no Brasil. A agenda desses encontros será divulgada "em breve".

De acordo com o STF, o pagamento de diárias em dias que antecedem o compromisso se justifica: "O presidente também visitará e retribuirá visitas a autoridades dos dois países. Em todos os encontros o presidente abordará temas ligados ao funcionamento das instituições brasileiras, especialmente o Supremo Tribunal Federal", disse a Corte.

Barbosa foi convidado para o colóquio na França pelo professor Dominique Rousseau, da Sorbonne, segundo o STF. O convite do King's College de Londres foi feito quando a universidade "tomou conhecimento da ida do presidente à França".

O tribunal informou que os eventos estavam previstos na agenda de Barbosa e que seriam divulgados em "momento oportuno". Ainda conforme o tribunal, as passagens aéreas serão pagas pelas instituições e um assessor da Corte deve acompanhar o presidente. A assessoria disse que a íntegra das palestras será divulgada. / F.R.

15 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça dá 60 dias para Maranhão construir presídios

Juiz determinou também reformas nas unidades de Pedrinhas e que novos agentes sejam contratados

A Justiça determinou antea-tem que o governo do Maranhão construa, no prazo de 60 dias, novos presídios no Estado e contrate agentes penitenciários. Caso o governo descumpra a ordem, deverá pagar multa diária de R\$ 50 mil, a ser revertida para o Fundo de Direitos Difusos.

A decisão do juiz Manoel Matos de Araújo, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, atendeu aos pedidos de ação civil pública proposta pelo Ministério Público. O Estado vive uma crise no sistema penitenciário.

De acordo com a decisão, os presídios devem estar em conformidade com as normas do ordenamento jurídico brasileiro e ser construídos de preferência no interior.

Os presídios devem ter número de alojamentos suficientes para a demanda da população carcerária do Estado. O juiz determinou também que devem ser realizadas em 60 dias reformas e adaptações nas unidades de Pedrinhas.

A decisão ainda dá 30 dias para que todos os candidatos aprovados para o cargo de agente penitenciário sejam nomeados.

O juiz também incluiu na decisão que sejam realizados concursos públicos para incrementar o sistema penitenciário estadual com pessoal administrativo, técnico, de vigilância e de custódia.

Violência contra a mulher. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) divulgou ontem nota de repúdio contra atos de violência em Pedrinhas. “O CNDM manifesta seu repúdio à violência sofrida pelas mulheres que, ao visitar parentes cumprindo pena no Presídio de Pedrinhas, teriam sido submetidas a estupros e abusos sexuais”, critica o Conselho.

O texto afirma que “é necessário firmeza para responsabilizar quem comete violações de mulheres e meninas em presídios masculinos, assim como em todas as outras situações de que são vítimas cotidianamente”. O CNDM é vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Fazem parte do Conselho integrantes governamentais, como representantes de ministérios, e representantes da sociedade civil.

“O CNDM reafirma que mulheres e meninas não são e jamais devem ser alvo de troca, coerção, ou qualquer tipo de violência. E aguarda as providências do governo do Maranhão na apuração dessas denúncias e a garantia do respeito à total integridade das mulheres”, cita a nota.

O Conselho encerra o texto dizendo que as condições de encarceramento nas diferentes unidades da federação brasileira também merecem atenção para que atendam aos requisitos básicos de acolhimento institucional.

Pastor. A Polícia Militar deteve ontem um homem que tentava entrar com uma lâmina em Pedrinhas. José Luís Sousa

Nery, que se diz pastor evangélico, foi flagrado com o objeto escondido no sapato. Ele foi encaminhado para o 12.º DP e é a sétima pessoa detida desde que a crise no sistema penitenciário veio à tona tentando entrar no presídio com objetos proibidos na cadeia: celulares, carregadores, chips e até drogas. As outras seis pessoas presas eram mulheres que tinham parentesco com condenados e presos que ainda esperam julgamento.

Na última revista noticiada pela polícia foram apreendidos 20 cartuchos de bala de revólver 38, 20 facas, 6 celulares, 2 carregadores, 2 aparelhos de DVD e 6 televisores em poder dos presos encarcerados na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), uma das oito unidades do Complexo de Pedrinhas. Desde o ano passado, 62 presos foram assassinados no presídio. / COLABORARAM AYR ALISKI e ERNESTO BATISTA, ESPECIAL PARA O ESTADO

● Por telefone

“Eles não têm a mínima consideração pelo que a família da gente traz.”

De preso, QUE LIGOU PARA UM PROGRAMA DE RÁDIO DA CAPITAL MARANHENSE PARA RECLAMAR DA PM

● Ação

O advogado Murilo Henri-que Morelli, do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos, da capital maranhense, protocolou na Assembleia Legislativa pedido de afastamento da governadora.

15 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça extingue processo contra Ustra por ocultação de cadáver

Militar foi acusado pelo desaparecimento de militante político em 1972, mas juiz considerou que o crime prescreveu

A Justiça Federal em São Paulo declarou extinto o processo no qual o coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra foi denunciado pelo crime de ocultação de cadáver. Segundo o juiz federal Fernando Américo de Figueiredo Porto, substituto da 5.^a Vara Federal Criminal, o prazo de punição do crime, que teria ocorrido em 1972, já prescreveu.

Ustra comandou a área de informações e operações de repressão do 2.^o Exército, em São Paulo, no início da década de 1970, o período mais duro da ditadura. Segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal, ele e o ex-delegado de polícia Alcides Singillo foram os responsáveis pelo sequestro e o desaparecimento do militante político Hiroaki Torigoe, em 1972. Uma vez que o cadáver nunca apareceu, os procuradores da República alegaram que o crime é permanente e deve ser punido de acordo com a lei.

O juiz entendeu, porém, que o crime está prescrito. Trata-se de uma decisão de primeira instância e o Ministério Público Federal deve recorrer.

Ao explicar a decisão, o magistrado fez a distinção entre destruição de cadáver, crime que tem sua prescrição iniciada a partir desse ato; e ocultação, que não prescreve até sua localização. Em seguida, Porto observou que, desta forma, a lei "seria mais grave para o sujeito que ocultou o cadáver, em relação ao que destruiu, o que é um contrassenso já que o objeto jurídico da norma é proteger o morto".

Após essas observações, o magistrado disse que o crime, embora possua efeito permanente, seria instantâneo, consumado no momento em que o corpo desaparece. Em vista disso, reconheceu a prescrição e declarou extinto o processo contra o militar e o delegado.

Há uma outra ação em andamento contra os mesmos réus na Justiça Federal em São Paulo. Ela tramita na 9.^a Vara, onde o juiz aceitou a denúncia pelo crime de sequestro de Edgar Aquino Duarte, em 1973.

Recurso. O MPF não quis comentar a decisão, pois não foi notificado até esta edição ser concluída. Mas, segundo o procurador Sérgio Suiama, um dos autores da denúncia, é quase certo que haverá recurso.

Suiama, que hoje atua no Rio, qualificou a posição do magistrado como "esdrúxula" e "lamentável". Na avaliação dele, como o corpo não apareceu, "ainda há um objeto que exige proteção jurídica, uma vez que, para os familiares, ainda é valioso obter informações seguras a respeito do paradeiro do morto", afirmou. "Ao equiparar ilegalmente as duas situações", completou o procurador, "o magistrado ignora que os acusados ainda podem dar satisfações a respeito do paradeiro dos restos mortais de Torigoe."

PARA ENTENDER

Grupo entrou com 7 ações

O Grupo de Trabalho Justiça de Transição, do MPF, vem tentando há dois anos penalizar agentes de Estado acusados de crimes durante a ditadura. A tese defendida pelos procuradores federais é de que determinados crimes, como sequestro e ocultação de cadáver, são permanentes e devem ser punidos.

Nesse período foram apresentadas sete denúncias à Justiça Federal. Três envolvem o sequestro de militantes políticos que se opunham à ditadura e outras duas, o crime de ocultação de cadáver. Desse total, apenas duas ações estão em andamento, patinando ainda na primeira instância; três foram rejeitadas; uma aguarda a definição de um pedido de habeas corpus; e a sétima ainda não teve o mérito apreciado.

O MPF está recorrendo em todos os casos de rejeição.

15 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Pane no metrô rende R\$5 mil de indenização

A 13.^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) a indenizar um passageiro em R\$ 5 mil por danos morais pela demora na regularização da circulação dos trens, após paralisação ocorrida na Linha 3-Vermelha em outubro de 2010. O passageiro afirmou que, durante o trajeto, o trem parou, passageiros quebraram janelas e caminharam pelos trilhos. A companhia alegou que o problema foi causado pelos passageiros.

SÔNIA RACY

Se a moda pega...

Carnaval chegando e o TJ-SP limitou os horários de uso da quadra da Unidos do Peruche. Para que os vizinhos da escola possam dormir em paz.

Na ação, o MP alegou que o lugar tem sido cenário de bailes funk.

15 JAN 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

JUDICIÁRIO

TJ-PR faz concurso pra 503 cartórios

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) lançou ontem o edital do concurso que deve preencher 503 cartórios extrajudiciais do estado. Segundo as regras divulgadas, 326 serventias serão ocupadas por novos titulares. Outros 177 cartórios serão ocupados por remoção. As provas serão realizadas em 30 de março e as inscrições precisam ser feitas via internet entre os dias 20 de janeiro e 18 de fevereiro.

A realização do concurso foi determinada em 2010 pelo Conselho Nacional de Justiça. Segundo a resolução da época, o Paraná estaria desrespeitando a Constituição ao manter titulares em cartórios sem a realização de concurso. A irregularidade atingiria 350 das 1,1 mil serventias paranaenses. O TJ marcou a prova para 2012, mas ela foi suspensa por decisão liminar do próprio CNJ, que encontrou problemas no primeiro edital.

Na época, o CNJ determinou que o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBCF), contratado pelo TJ, não poderia ser responsável por aplicar a prova. A participação de sete pessoas escolhidas pelo tribunal para auxiliar na organização do concurso também foi contestada. Além disso, o CNJ não concordou com a lista dos cartórios incluídos no concurso. Depois, o procedimento foi liberado.

A lista de cartórios que estará em disputa no concurso inclui 15 serventias de Curitiba. Entre eles estão três cartórios de protestos de título (1.º, 3.º e 4.º); dois de registros de imóveis (1.º e 2.º); cinco tabelionatos de notas (4.º, 6.º, 8.º, 9.º e 10.º), além do 2.º Registro Civil e 14.º de Notas, do 1.º de Registro Civil e 13.º de Notas, e das serventias do Campo Comprido, do Pinheirinho e da Barreirinha.

A taxa de inscrição é de R\$ 200. Podem concorrer bacharéis de Direito e pessoas que exerceram a função notarial ou registral por dez anos ou mais.

15 JAN 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

NAS MÃOS DOS PRESOS

Depen troca diretoria da PEP I pra tentar retomar as rédeas da unidade

O Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) assumiu ontem a crise na Penitenciária Estadual de Piraquara I (PEP I), entre agentes penitenciários e presos. Nova diretoria foi designada para recolocar a disciplina nos eixos. O novo diretor, Adriano de Souza Rodrigues, que veio da vice-diretoria da Casa de Custódia de São José dos Pinhais, o vice-diretor Adilson Leoni, que já esteve na direção da PEP I por duas vezes e veio da Penitenciária Central do Estado, e o chefe de segurança Jeferson de Paula Cavalheiro tem missão urgente de restabelecer a moral dos agentes penitenciários, fazer os presos cumprirem normas e providenciar reformas estruturais e de segurança.

Todos os presos ligados a grupos criminosos, ditos faccionados, principalmente as lideranças do Primeiro Comando da Capital (PCC), foram reunidos dentro da PEP I. Por conta disso, o presídio é tido como o mais perigoso do Paraná. Os agentes penitenciários que lá trabalham afirmam que os presos mandam na unidade. Os faccionados começaram a "mostrar quem manda" no início do ano passado. Em situações distintas, dois agentes penitenciários foram assassinados e outros dois baleados quando chegavam em casa. Os agentes garantem que foram crimes orquestrados pelo PCC para impor o terror.

FACILIDADES

Nos últimos cinco meses, por corrupção ou por medo de serem mortos ou de seus familiares sofrerem represália, os funcionários têm permitido a entrada de drogas e celulares nas celas. Alguns materiais ilícitos são levados pelos próprios agentes, outros chegam em marmitas ou no corpo de visitantes, que colocam drogas e celulares nas partes íntimas ou engolem buchas de drogas, para não serem pegos na revista. Dentro do pátio, durante o banho de sol, presos usam e traficam drogas na frente dos agentes. Os funcionários, por sua vez, dizem que fazem "vistas grossas" por medo de represálias ou porque comunicam o fato à direção do presídio e nenhuma atitude é tomada.

Qualquer tentativa dos agentes em seguir as regras e barrar entrada dos produtos proibidos na cadeia, ou a negativa às exigências dos presos, viram represálias. Um agente apanhou severamente dos detentos no início do mês passado. Outros dois por pouco também não apanharam, duas semanas depois. O agente agredido teria sido pego como "exemplo", para que agente nenhum se atrevesse a ir contra os pedidos dos presos.

CRISE

O atual diretor do Depen, Cezinando Paredes, que assumiu cargo pela terceira vez. Ele substituiu Maurício Kheune. Paredes trabalha desde 1983 no sistema penitenciário e já foi diretor de algumas unidades. Em entrevista exclusiva à *Tribuna*, Paredes explicou que montou a nova diretoria para a PEP I, levando em conta pessoas que saibam lidar melhor com presos faccionados

e indisciplinados. "Temos que reerguer a moral dos funcionários, com uma diretoria que trabalhe junto com eles. Também precisamos analisar as exigências dos presos, dar a eles o que a lei lhes garante, como visitas, trabalho, condições de higiene e saúde, atendimento social e jurídico. Mas também precisamos exigir mais disciplina", explica o diretor do Depen.

SINDICATO

Para Antony Johnson, vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná, a mudança de diretoria sinaliza a vontade da Secretaria de Justiça (Seju) em resolver a crise. "Quero ver se a Seju vai dar ao Depen e aos novos diretores autonomia para resolver o problema", desafiou.

CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Um dos melhores do Brasil

15 JAN 2014

O sistema penitenciário paranaense ainda é um dos melhores em todo o Brasil. A secretária da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes (foto), afirma que há três anos, o Paraná era o estado que mais tinha presos em delegacias. Além dos presos em penitenciárias, a Seju assumiu também presos em delegacias, trabalhou vários fatores e, ao contrário dos outros estados, conseguiu reduzir em 8% a quantidade de presos.

Para Maria Tereza, a principal ferramenta para se iniciar a resolução do problema é a implantação do sistema de informática que permita a troca de informações entre os Poderes Executivo e Judiciário, sobre as condições dos presidiários. A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) criou o Business Intelligence (BI), que per-



mite comparação de dados de sistemas diferentes. “Quando se sabe quem é o João, o José, qual é o perfil de cada um deles, consegue-se ter uma visão do cumprimento da pena e de outros fatores”, disse a secretária.

IDENTIFICAÇÕES

Com o sistema, fica mais fácil saber quais presos têm direito à liberdade, permite agrupar presos por tipos de crimes ou redirecionar os que precisam de disciplina mais rígida. “É o primeiro passo para reduzir a superlotação”, completou.

Por conta deste trabalho, a secretária foi convidada pela governadora do Maranhão, Roseana Sarney, para compartilhar soluções para a atual crise do sistema penitenciário maranhense. Maria Tereza viaja hoje, com técnicos de informática, para levar o BI àquele estado. (GU)

Reclamações não faltam

O novo diretor do Depen, Cezinando Paredes (foto), tem uma legião de agentes penitenciários insatisfeitos com as condições de trabalho para lidar. Os funcionários reclamam da estrutura física precária de muitos presídios e da falta de equipamentos de segurança adequados, da falta de efetivo e do desrespeito dos presos. Na PEP I, por exemplo, faltam raquetes detectoras de metal e raio-x, para verificar marmitas, sacolas de mantimentos e visitantes; não há radiocomunicadores suficientes; o circuito interno de TV funcionava parcialmente até a semana passada.

Também os danos feitos pelos presos, que quebram partes das celas para pegar pedaços das ferragens das lajes e se armar contra os agentes, quebram pilares e paredes para fugir, ou



fazem pichações com o nome da facção ou frases para intimidar os agentes, nas paredes e portas de celas.

PROTESTO

Por conta deste clima de insegurança, os agentes vão fazer uma manifestação às 9h de hoje, em frente ao Depen, que fica dentro do Complexo Penitenciário de Piraquara. Todas as unidades do complexo ficarão fechadas, com presos sem banho de sol, visitas e outras atividades até o fim do protesto.

“Os motivos para a barbárie que aconteceu na penitenciária de Pedrinhas são os mesmos que estão acontecendo no Paraná. A única diferença é que, no Maranhão, o bolo assou primeiro”, disse José Roberto Neves, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindarspen), que organiza a manifestação. (GU)

15 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Um passo rumo ao Paraná que queremos

A condenação de Abib Miguel, ainda que em primeira instância e passível de recurso, é mais um passo em direção ao fim da costumeira impunidade dos “peixes grandes”

O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná, Abib Miguel, o Bibinho, recebeu, dias atrás, sentença judicial condenando-o a quase duas décadas de prisão em regime fechado. Foi acusado de cometer três crimes — peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro — ao longo do tempo em que exerceu mando quase imperial na Assembleia. Suas atividades ilegais foram denunciadas pela série “Diários Secretos”, publicada em 2010 pela Gazeta do Povo e pela RPCTV. Outros 11 réus do mesmo processo, acusados de atuar organizadamente e em conjunto com Bibinho, foram julgados anteriormente e condenados a penas variáveis. Da sentença de Bibinho e de todos os demais condenados cabem ainda recursos em instâncias superiores, mas o simples fato de o Ministério Público tê-los levado a responder pelos seus crimes perante a Justiça de primeiro grau já foi um sinal positivo a mostrar que as instituições brasileiras, ainda que precárias em suas estruturas, são capazes de dar consequência prática quando diante de denúncias fundamentadas. Repetiu-se no Paraná — claro que em escala e repercussão muito menores — a mensagem enviada pela condenação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de 25 envolvidos no escândalo do mensalão.

No Congresso Nacional, muitos parlamentares não resistiram à atração fatal de votar sempre em favor do governo após serem cooptados por verbas públicas que lhes eram facilitadas por grandalhões empenhados no projeto de garantir ao PT 20 anos de poder. Aqui, o esquema era mais simples: contratavam-se funcionários fantasmas e desviavam-se seus salários para os bolsos dos manda-chuvas supostamente orientados por Bibinho. São crimes diferentes (e aquele cometido em escala nacional pode ser considerado muito mais grave por seu caráter de atentado à democracia), mas o recado enviado pelo Judiciário é o mesmo: a impunidade dos “peixes grandes” já não pode mais ser dada como certa.

No entanto, se Bibinho é o mais importante dos 12 condenados até o momento, é preciso lembrar que as denúncias também envolviam deputados e ex-deputados, especialmente alguns que eram membros das Mesas Diretoras da Assembleia no período em que se deram os delitos. Não era a eles que competia aprovar os atos dos funcionários flagrados nas trapaças? Sabe-se que, por gozarem de foro especial, processos correm no Tribunal de Justiça contra um ex-presidente e um ex-primeiro-secretário da Assembleia — mas não há notícias animadoras quanto à necessária celeridade com que deveriam tramitar nessa instância.

CONTINUA

15 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O Ministério Público calcula que o desvio do nosso dinheiro chega, em valores atualizados, a cerca de R\$ 200 milhões, recursos que fazem muita falta ao povo que depende de serviços públicos tão essenciais como educação, saúde ou segurança pública. Embora emblemática do ponto de vista da quebra da costumeira impunidade que protege os corruptos, a condenação de Abib Miguel e seus comparsas não é suficiente para reparar o estrago que cometeram contra a moralidade e o interesse público.

Quando da revelação do escandaloso esquema que se perpetrava na Assembleia, o povo saiu às ruas para protestos organizados por entidades da sociedade civil. Impulsionava a opinião pública o chamamento simbolizado pelo slogan "O Paraná que queremos". Parte deste querer coletivo foi cumprida através da condenação de alguns dos culpados, mas a tarefa completa ainda está longe de ser satisfeita: a moralidade precisa ser restaurada por inteiro.

GAZETA DO POVO

» DIÁRIOS SECRETOS

Condenação de Bibinho deve ser publicada hoje

Katna Baran

Condenado a quase 19 anos de prisão por envolvimento no escândalo dos Diários Secretos, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel — conhecido como Bibinho — pode ser notificado da decisão pelo oficial de Justiça a partir de hoje. A sentença condenatória pelos crimes de peculato (apropriação de dinheiro da Assembleia), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro também deve ser publicada no Diário da Justiça nesta quarta-feira. O advogado do ex-diretor, Eurolino Reis, afirma que deve recorrer da decisão até o próximo dia 20, prazo máximo para apresentar a contestação.

A condenação refere-se ao processo instaurado para investigar um dos “braços” do esquema de desvio de dinheiro da Assembleia por meio da contratação de funcionários fantasmas. Esse “braço” envolve o ex-funcionário da Assembleia Daor Afonso Marins de Oliveira e vários familiares dele.

Além desse processo, outra denúncia criminal em que Abib Miguel é acusado dos mesmos crimes está próxima de um julgamento. Essa ação trata do envolvimento de Bibinho em outra ramificação do esquema, ligada ao também ex-servidor da Assembleia João Leal de Matos.

15 JAN 2014

Pesquisa no trâmite do processo mostra que a ação está concluída desde agosto do ano passado e aguarda apenas a sentença. Segundo denúncia do Ministério Público (MP), oito parentes de Leal eram funcionários fantasmas da Assembleia. Bibinho ainda é acusado de ligação com outra ramificação do esquema, ligada a Douglas Bastos Pequeno, que teria contratado 16 funcionários fantasmas, segundo o MP.

Ações

Ao todo, há dez ações penais que tramitam na 9.^a Vara Criminal de Curitiba sobre o caso dos Diários Secretos. Sete já receberam sentenças, que resultaram na condenação de 13 pessoas. Outras três estão concluídas — uma que envolve

Bibinho e outras duas que citam a família Leal e os ex-diretores da Assembleia Claudio Marques da Silva e José Ary Nassif.

Há ainda sete ações por improbidade administrativa que citam os ex-diretores, ex-servidores da Assembleia, além dos deputados Nelson Justus (DEM), Alexandre Curi (PMDB) e Nereu Moura (PMDB), e os ex-parlamentares Hermas Brandão e Geraldo Cartário. As ações tramitam em primeira instância (algumas em segredo de Justiça) e nenhuma foi julgada até agora.

R\$ 200 MILHÕES

é a estimativa do MP do montante que foi desviado da Assembleia por meio do esquema dos Diários Secretos.

10 AÇÕES PENAIS

sobre o caso dos Diários Secretos tramitam na Justiça.



Bibinho: outra ação em que ele é acusado de desviar dinheiro da Assembleia Legislativa está próxima de ser julgada.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Treze pessoas
já foram

condenadas

15 JAN 2014

■ Treze pessoas já foram condenadas criminalmente por envolvimento no desvio dinheiro da Assembleia Legislativa do Paraná por meio do esquema dos Diários Secretos. Antes da divulgação da sentença envolvendo o ex-diretor-geral da Assembleia do Paraná Abib Miguel, o filho do ex-funcionário da Casa Daor Afonso de Oliveira — Marlon Christian Luccas de Oliveira — também já havia sido condenado pela Justiça.

A decisão da juíza Angela Regina Ramina de Lucca, da 9.^a Vara Criminal de Curitiba, é de agosto de 2013. Segundo o processo digital, Marlon foi condenado a 12 anos, 10 meses e 10 dias de prisão em regime fechado pelos crimes de peculato (desvio de dinheiro público) e formação de quadrilha. Segundo denúncia do MP, ele foi um dos funcionários contratados como fantasma pela Assembleia.

A reportagem tentou entrar em contato com o advogado de Marlon Oliveira, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. Daor e outros oito parentes dele já haviam sido sentenciados em agosto de 2012. Um ano depois, os ex-diretores da Assembleia José Ary Nassiff (administrativo) e Cláudio Marques da Silva (de pessoal) também foram condenados, cada um, a 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão por formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro. (KB)

15 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Paraná auxilia Maranhão, mas tem sistema prisional operando no limite

Agentes penitenciários, policiais e OAB dizem que situação em delegacias e Penitenciária de Piraquara é crítica e pode provocar onda de violência

Felippe Aníbal

Às vésperas de a secretária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, embarcar com destino ao Maranhão, onde prestará auxílio no controle da crise penitenciária daquele estado, três entidades paranaenses se manifestaram publicamente, ontem, fazendo um alerta: o sistema prisional do Paraná está operando perto do limite. O temor é de que a situação carcerária fuja do controle e que a barbárie ocorrida nas entranhas dos presídios maranhenses se repita por aqui.

Ainda nesta semana, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Paraná deve denunciar formalmente as condições prisionais paranaenses à Organização dos Estados Americanos (OEA). O Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) e o Sindicato dos Investigadores do Paraná (Sipol) também apontam para o risco de um “caos carcerário” no estado.

“Todos os ingredientes que fomentaram o caos no Maranhão também são vistos aqui. Para que o estopim do descontrole se acenda, falta muito pouco. Estamos no limite para que a situação chégue a um descontrole absoluto no sistema prisional e, principalmente, nas delegacias”, disse o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, José Carlos Cal Garcia Filho.

Juntamente com a denúncia, a OAB-PR vai encaminhar à OEA os relatórios de inspeções realizadas nos dois últimos anos nas delegacias e penitenciárias do estado. Segundo Cal Garcia, a medida foi tomada “em virtude da clara violação dos direitos humanos” que vem ocorrendo por trás das grades dos estabelecimentos prisionais do Paraná.

Rebeliões

Nos últimos dois meses, pelo menos quatro rebeliões ocorreram em presídios paranaenses. O principal ponto de atenção encontra-se na Penitenciária Estadual do Paraná (PEP-I). Desde dezembro, o Sindarspen vem denunciando — inclusive à Seju — problemas estruturais da unidade, que oferecem riscos a quem trabalha no complexo. As falhas vão desde monitores e radiocomunicadores fora de operação à falta de efetivo.

Há 40 dias, um agente sofreu tentativa de homicídio dentro do complexo. Desde então, os presos estão trancafiados nas celas, sem banho de sol ou atividades socioeducativas, ampliando a tensão na unidade. “A situação na PEP-I é gravíssima. Nosso quintal está com problema e a secretária vai resolver o quintal dos outros. É incoerente”, disse o vice-presidente do Sindarspen, Antony Johnson. Hoje, a categoria deve promover uma manifestação em frente a penitenciária, cobrando mais segurança.

A secretária Maria Tereza minimizou os riscos e apontou que o panorama prisional do estado melhorou nos últimos três anos. Em relação à PEP-I, ela reconheceu que a unidade “merece cuidado especial”, mas destacou que medidas vêm sendo tomadas — como a reposição dos monitores estragados e apoio da Polícia Militar (PM). “Não é a situação ideal, mas é muito melhor do que encontramos quando assumimos”, disse.

CONTINUA

15 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Delegacias superlotadas evidenciam caos

Se a situação está longe do ideal nos presídios paranaenses, nas carceragens das delegacias as condições são ainda piores. Apesar de o número de presos detidos em distritos policiais ter sofrido redução desde 2011 (caiu de 16,2 mil para 9,9 mil, segundo a Seju), o Paraná ainda enfrenta problemas gravíssimos nestas unidades, aumentando os riscos de caos prisional no estado.

Desde dezembro, o Paraná assistiu a uma série de rebeliões em delegacias de todo o estado. Ontem, o Sindicato dos Investigadores de Polícia (Sipol) apontou que três das unidades nas quais os presos se amotinaram — o 11.º e 12.º Distritos de Curitiba, além da Delegacia de Furtos e Roubos (DFR) — estão interditadas judicialmente desde 2009, mas continuam a receber presos provisórios. Ainda hoje, o sindicato deve denunciar o caso à Justiça.

“A situação é um barril de

pólvora. Como se não bastasse, as interdições não estão sendo cumpridas, agravando um quadro que já é gravíssimo”, disse o presidente do Sipol, Roberto Ramires.

A superlotação dá margem a casos surreais. O Sipol denunciou que cinco presos estão detidos há dez dias em um cubículo de pouco mais de um metro quadrado na Delegacia de Homicídios. “Eles fazem as necessidades em garrafas pet e chegam a dormir em pé, feito cavalos”, apontou Ramires. Os presos devem ser transferidos hoje.

O Sipol identificou também a atuação de facções nas carceragens das delegacias. Os grupos criminosos estão organizados e os “filiados” pagam uma espécie de “dízimo” para terem direito a segurança nas celas.

Segundo a OAB, todas as delegacias de Curitiba e região metropolitana estão superlotadas. No 11.º DP, a carceragem abriga um número de presos sete vezes maior que o de vagas disponíveis. A situação também é grave em São José dos Pinhais, Colombo, Piraquara, Fazenda Rio Grande. (F.A.)

MULHERES

Ontem, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher pediu a investigação de casos de estupro e abuso sexual contra mulheres que estariam sendo cometidos no interior do presídio maranhense. “O CNDM reafirma que mulheres e meninas não são e jamais devem ser alvo de troca, coerção, ou qualquer tipo de violência.”

AUXÍLIO

Software que detalha perfil de presos é foco da missão paranaense

A missão da secretária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, ao Maranhão está focada em dois pontos: a gestão da informação do sistema prisional e os projetos de construção de novas unidades. Ela apresentará às autoridades maranhenses o Business Intelligence (BI), um software de gestão prisional desenvolvido pelo Paraná e que integra dados dos poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público Federal. O programa é capaz de fornecer dados atualizados do sistema penitenciário e um perfil detalhado de cada detento. Segundo Maria Tereza, o Maranhão dispõe de um sistema de informática, mas o software usado lá não é capaz de integrar dados de diversos órgãos. “O que a gente quer é disponibilizar recursos para que o sistema maranhense fique próximo ao do Paraná”, adiantou. O BI é apontado com um dos responsáveis pelos 25 mutirões carcerários realizados no Paraná, que libertaram quase 6 mil detentos.

Além do BI, o Paraná apresentará seus projetos de construção de cadeias e centros de ressocialização, mais enxutos que a média. “É um projeto feito para abrigar 382 presos o que, inclusive, facilita para a segurança”, observou a secretária. (FA)

CONTINUA

Justiça dá 60 dias para MA

resolver situação

A Justiça determinou ontem que o governo do Maranhão construa, no prazo de 60 dias, novos presídios no Estado e contrate agentes penitenciários. Caso o governo descumpra a ordem, deverá pagar multa diária de R\$ 50 mil, a ser revertida para o Fundo de Direitos Difusos.

A decisão do juiz Manoel Matos de Araújo, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, atendeu aos pedidos de ação civil pública proposta pelo Ministério Público. O estado vive uma crise no sistema penitenciário. De acordo com a decisão, os presídios devem estar em conformidade com as normas do ordenamento jurídico brasileiro e ser construídos de preferência no interior.

Os presídios devem ter número de alojamentos suficientes para a demanda da população carcerária do estado. O juiz determinou também que devem ser realizadas em 60 dias reformas e adaptações nas unidades de Pedrinhas. A decisão ainda dá 30 dias para que todos os candidatos aprovados para o cargo de agente penitenciário sejam nomeados.

15 JAN 2014



Maria Tereza Uille Gomes, secretária de Justiça do Paraná, mostra projetos de cadeias que levará ao Maranhão.

15 JAN 2014

GAZETA DO POVO

A tragédia no Maranhão

Nivaldo Cordeiro

Os brasileiros estão estarecidos com o show de barbaridades que tem ocorrido nas prisões do Maranhão. Foram contabilizados mais de 60 mortos. Não é o caso de se estigmatizar aquele estado por causa dos acontecimentos, mesmo porque o histórico condena também os estados mais ricos. A memória da matança no Carandiru, em São Paulo, ainda está viva, pelos números e pela brutalidade. Lembro ainda das imagens de Fernandinho Beira-Mar nos telhados do prédio que lhe servia de prisão, no Rio de Janeiro, matando seus companheiros de infortúnio. Fato é que não se pode atirar pedras.

Resta-nos analisar os fatos que determinaram a barbárie maranhense. Sob todos os ângulos, pode-se dizer que a grande responsável é a governadora Roseana Sarney. Seja porque não investiu o necessário para equipar o sistema prisional, seja porque tem se demonstrado má administradora, cercada apenas de acólitos leais. O secretário de Segurança, por exemplo, foi segurança pessoal de José Sarney, e esse terá sido talvez o principal ponto para sua escolha para o cargo.

A cada ano, a administração da Justiça fica mais eficiente, mandando mais gente cumprir penas no sistema prisional. A população encarcerada nunca foi tão numerosa e o déficit de vagas nas prisões, tão grande. A situação só não é mais grave porque, nos últimos anos, a Justiça tem aplicado penas alternativas à prisão pela prática de crimes mais leves.

O que se viu no Maranhão e se vê em toda parte é que se faz letra morta do ordenamento jurídico. O artigo 5.º da Constituição de 1988 reza, em seu inciso XLIX: "É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral". A declaração está muito

longe da realidade. Uma pessoa presa dificilmente se livra do estigma de apenado e pode estar condenada a voltar ao crime simplesmente porque não há mercado de trabalho para quem esteve preso.

Impressiona a opinião ligeira que aprova as barbaridades verificadas porque se trata de criminosos apenados. Não passa de uma variação da Lei de Linch. A impiedade da observação é compatível com a sua injustiça: os presos não cometeram crimes iguais e há de haver a proporcionalidade entre crimes e penas. Regozijar-se com a morte desses presos revela uma cegueira moral sem limites. E, no Brasil, não há pena de morte oficial. Essa ânsia pela Lei de Linch é um dos aspectos mais brutais e primitivos da mentalidade coletiva no país.

Pessoas presas, regra geral, são as mais fragilizadas, tendo suas famílias comprometidas, seu futuro incerto e o peso avassalador do Estado sobre a sua existência, esmagando-as. E mais todas as taras humanas contra si, que parecem ser mais frequentes naqueles engajados nas tarefas de polícia judiciária. Torturas e surras ainda são tristemente frequentes nas prisões. A determinação do artigo 5.º da Constituição continua a ser letra morta porque essa gente não dá voto, pois nem voto tem. Ela é esmagada pela incúria e irresponsabilidade dos governantes.

Tenho o espírito de Dom Quixote, que liberta os galeotes. Mas reconheço a necessidade de um sistema prisional, condição mínima para que haja convivência social. No entanto, repudio fortemente a maneira como o Brasil trata sua clientela prisioneira. Uma única palavra pode descrever: horror!

O Maranhão representa muito bem o universo de nosso país. Infelizmente.

Nivaldo Cordeiro, economista, é especialista do Instituto Millenium.

Denúncia de ! Requião atrasa liberação de R\$ 817 mi ao PR

Guilherme Voitch

Uma denúncia encaminhada à Secretaria de Tesouro Nacional (STN) pelo senador Roberto Requião (PMDB) vai atrasar a liberação de R\$ 817 milhões do Proinveste para o governo do Paraná. O empréstimo, que será usado para obras de infraestrutura, havia sido liberado pela secretaria em 18 de dezembro do ano passado, depois de uma longa negociação entre estado e União. Mas, com a denúncia, a STN tem de fazer uma reanálise da autorização do financiamento.

Na denúncia — encaminhada no fim do ano passado para a STN e aos Ministérios Públicos Federal e Estadual — o senador afirma que o Paraná estaria descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que diz respeito aos gastos com pagamento de inativos.

Assessor de Requião em Brasília, o ex-secretário de Segurança Luiz Fernando Delazari diz que o governo estadual utilizou uma “manobra contábil” para diminuir o valor declarado com pagamento de aposentados e pensionistas. “O que era gasto com pessoal virou aporte financeiro. Mudaram a rubrica e mudaram o nome, tirando o estado do limite da LRF artificialmente. Isso foi feito em julho, retroativo a

“O Paraná é o único estado do Brasil que ainda não teve liberação dos investimentos. [São] R\$ 817 milhões para investir em infraestrutura. É um crime o que estão fazendo com o estado.”

Beto Richa, governador do Paraná.

janeiro, e representa um total de R\$ 225 milhões por mês”, diz.

A secretária estadual da Fazenda, Jozélia Nogueira, garante que o estado não está desrespeitando a LRF. “O Tribunal de Contas atesta que estamos cumprindo e a própria STN nos enviou um ofício dizendo que o Paraná cumpria todas as regras da LRF e teria direito aos empréstimos. Essa denúncia surgiu dois dias depois da emissão desse documento”, diz.

No Supremo

Segundo Jozélia, o governo paranaense já enviou uma petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando a liberação do empréstimo. O estado já havia ingressado com uma ação em novembro para receber o financiamento. “Agora temos um fato novo contra o direito do estado em

receber esse dinheiro. Por isso essa petição para o Supremo.”

Paralelamente ao recurso, Jozélia e a procuradora-geral do Estado, Marisa Zandonai, vão se reunir com técnicos da STN. Elas viajam amanhã para Brasília e devem passar o dia em audiências.

A secretária teme que a nova análise da STN influencie também no repasse de R\$ 362 milhões de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já liberados. “Os outros empréstimos estão correndo risco com essa atitude. Isso pode fazer uma revisão geral. É uma situação muito preocupante.”

O governador Beto Richa (PSDB) também reagiu ao novo impasse na liberação do dinheiro do Proinveste em entrevista à Rádio Colmeia, de Cascavel, no Oeste do estado. “O Paraná é o único estado do Brasil que ainda não teve liberação dos investimentos. [São] R\$ 817 milhões para investir em infraestrutura. É um crime o que estão fazendo com o estado do Paraná”, disse o governador.

Requião, que fez a denúncia que está impedindo a liberação do empréstimo, é pré-candidato ao governo do Paraná e pode concorrer ao cargo contra Richa.

Colaborou Luiz Carlos da Cruz.

Senador comunicou ao Tesouro Nacional um suposto descumprimento da lei pelo governo paranaense. Com isso, empréstimo que já havia sido autorizado passará por nova análise

CONTINUA

15 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SITUAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS

Até ontem, o site da STN mostrava que o empréstimo do Proinveste estava autorizado. Outros quatro financiamentos estariam na mesma situação.

AUTORIZADOS PELA STN

Banco	Valor	Destinação	Situação
Banco do Brasil (Proinveste)	R\$ 817 milhões	Infraestrutura	Liberação autorizada em 18 de dezembro de 2013.
Banco Mundial	R\$ 824 milhões US\$ 350 milhões	Agricultura, educação, saúde, meio ambiente	Liberação autorizada em 8 de novembro de 2013.
Banco Interamericano de Desenvolvimento	R\$ 158 milhões US\$ 67,2 milhões	Paraná Seguro (segurança pública)	Liberação autorizada em 17 de dezembro de 2013.
Banco Interamericano de Desenvolvimento	R\$ 184 milhões US\$ 60 milhões	Família Paranaense (assistência social)	Liberação autorizada em 9 de dezembro de 2013.
Banco Interamericano de Desenvolvimento	R\$ 20 milhões US\$ 8,5 milhões	Execução de programas de gestão tributária e financeira (Profisco)	Liberação autorizada em 6 de dezembro de 2013.

AINDA PRECISAM DE AUTORIZAÇÃO DA STN

Credit Suisse*	R\$ 1,312 bilhão US\$ 557 milhões	Reestruturação da dívida do estado com a Copel	Depois do aval da STN, precisa passar pelo Ministério do Planejamento, Casa Civil e Senado.
BNDES	R\$ 158 milhões	Infraestrutura	Só depende de um último aval da STN.

TOTAL R\$ 3,430 bilhões

*Os recursos fazem parte de um programa de reestruturação da dívida. Na prática, o governo está trocando um compromisso financeiro por outro, com juros menores.

Observação: cálculos feitos com a cotação do dólar a R\$ 2,36.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. **Infografia:** GP.

Previdência teve problemas de caixa

Problemas com as contas da Paraprevidência, responsável pelo pagamento de aposentados e pensionistas do estado e alvo da denúncia do senador Roberto Requião (PMDB), foram mostrados pela Gazeta do Povo em julho. À época, o jornal mostrou que, apenas seis meses após a implantação

do novo plano de custeio do órgão, o governo do estado já teria deixado de repassar cerca de R\$ 600 milhões correspondentes à sua cota de contribuição ao fundo previdenciário dos servidores. Para contornar o rombo, a manobra utilizada foi em prestar recursos do Fundo Previdenciário para o Fundo

Financeiro, prática proibida pela legislação.

Pagamentos

O plano de custeio previa que os servidores ativos contribuíssem com 11% do salário, com o Executivo entrando com uma contrapartida igual ao montante arrecadado do funcionalismo — o que não foi feito.

No final de outubro, o governo afirmou que havia recalculado o valor e que começaria a pagar a Paraprevidência até o começo de dezembro. (GV)

15 JAN 2014

GAZETA DO POVO

➤ DECISÃO

TRE pune o PT por fazer críticas ao governo Richa em propaganda

Taiana Bubniak

A corte do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE), por maioria, julgou procedente uma representação formulada, em outubro de 2013, pelo PSDB contra uma propaganda política exibida pelo PT naquele mês. Como punição pela propaganda irregular, o órgão determinou a cassação do tempo de 17 minutos e 30 segundos da propaganda partidária gratuita e das inserções regionais do PT no primeiro semestre de 2015. O tempo da punição corresponde a cinco vezes o tempo usado de forma irregular.

Para o relator da ação, o desembargador Edson Vidal, as inserções foram incompatíveis com o objetivo da propaganda política porque fizeram críticas ao atual governo do estado, atualmente comandado pelo PSDB. De acordo com a decisão, os trechos, veiculados no rádio e na televisão, faziam menção negativa a projetos na área de saúde, habitação e educação, além de citar aumento de taxas do Detran e tarifas da Sanepar. A propaganda também divulgava a atuação da presidente Dilma Rousseff, segundo o TRE.

Em 9 de outubro de 2013, o mesmo relator já tinha concedido liminar para que o partido deixasse de veicular

as propagandas, que antecipariam a campanha eleitoral deste ano. O PT informou, pela assessoria de imprensa, que veiculou novamente a propaganda após a decisão do TRE com uma edição dos trechos contestados. Mesmo assim, o PSDB apresentou uma nova ação, em que afirmava que a decisão não tinha sido cumprida. Esse segundo processo do PSDB contra o PT resultou na punição de ontem.

Resposta

Na época, a defesa do Partido dos Trabalhadores disse que o trecho não era irregular porque “a propaganda partidária é uma via de mão dupla: de um lado, defende a execução do seu programa; de outro, para criticar a condução da máquina administrativa por partidos de programas antagônicos”. O PT também afirmou que os trechos não tinham sido repetidos na íntegra.

Com relação à decisão da corte do TRE, publicada ontem, o PT do Paraná, por meio de sua assessoria de imprensa, informa que, assim que o partido for notificado, haverá tentativa de recorrer da decisão.



Desembargador Vidal: propaganda antecipou a campanha.

15 JAN 2014

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Para STJ, vestido de noiva pode ter defeitos reclamados em 90 dias

▮ Vestido de noiva é bem durável, por isso a dona dele pode questionar defeitos aparentes no prazo de 90 dias desde a compra, decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ). O entendimento veio na análise da ação de uma moradora de Brasília contra uma loja que se negou a fazer os ajustes necessários faltando uma semana para o casamento, em 2006. Para o ministro relator do recurso, Villas Bôas Cueva, vestidos de noiva são bens duráveis e com valor sentimental, portanto caberia o prazo de 90 dias para reclamar defeitos. Cueva argumentou que os bens não duráveis são aqueles de "desgaste imediato", como alimentos, remédios e combustíveis, que se extinguem com o uso.

15 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA
NOVA MORDAÇA?

Entidades reagem à regra do TSE que limita MP de investigar crimes eleitorais

Procuradoria-Geral da República pede que Tribunal Superior Eleitoral volte atrás na decisão sob pena de recorrer ao Supremo. Procuradores argumentam que a exigência do inquérito passar pela autorização de um juiz eleitoral atrapalha as investigações. Procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, diz que resolução vai na contramão da evolução da sociedade e é resgate da PEC 37, vetada ano passado pela Câmara dos Deputados

15 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

PGR reage às novas regras de investigação eleitoral

Mudanças aprovadas pelo TSE
estabelecem que os inquéritos só podem
ser abertos com autorização da Justiça

Brasília - A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que volte atrás e derrube a regra que impede o Ministério Público Federal de abrir investigações de crimes eleitorais em 2014. O pedido é o último passo antes da PGR entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão. A minuta da ação já está pronta. Pelas regras aprovadas pelo TSE, os inquéritos só podem ser abertos com autorização da Justiça Eleitoral. O presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, foi voto vencido e entende que os procuradores devem ter poderes para abrir inquéritos eleitorais. Além do pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, um grupo de procuradores eleitorais fez moção contra a regra do TSE. Os procuradores argumentam que a exigência do inquérito passar pela autorização de um juiz eleitoral atrapalha as investigações. "A limitação criada

prejudica a agilidade que deve pautar todas as apurações; mas especialmente a investigação dos crimes eleitorais, que demanda atuação célere sob pena de perecimento dos elementos de prova, o que se torna mais provável quanto mais distante o período eleitoral", diz o documento.

A moção diz ainda que a regra do TSE ofende o princípio da igualdade, uma vez que diferencia crimes eleitorais do comum. "Restringir a instauração de inquérito à determinação da Justiça é uma clara ofensa à igualdade de todos perante o sistema de justiça: crimes não eleitorais sujeitos a ações penais públicas continuam a ser apurados mediante requisição de instauração de inquérito pelo Ministério Público".

Gaveta

O texto que muda as regras é do ministro José Antonio Dias Toffoli, que garante que a medida vai dar mais transparência às apurações

e evitar nulidades futuras. "Num estado democrático de direito não é admissível que haja investigações de gaveta, que não sejam públicas. E, para serem públicas, elas são submetidas ao poder judiciário", explica o ministro.

Segundo ele, com o despacho do juiz, qualquer pessoa poderá acompanhar o andamento das apurações. "Fiz a pergunta na audiência sobre qual seria a dificuldade de se fazer o pedido ao juiz eleitoral e a resposta foi nenhuma", disse Toffoli. Apenas o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, votou contra. "A PF está suficientemente madura para proceder à investigação criminal nos mesmos moldes do Código de Processo Penal", disse o delegado Célio Jacinto dos Santos durante a audiência.

CONTINUA

15 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

'Resolução é resgate da PEC 37', critica Giacoia

Edson Ferreira
Reportagem Local

Para o procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, chefe máximo do Ministério Público (MP) estadual, a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que condiciona a abertura de investigações eleitorais à autorização do Judiciário é "um resgate da PEC 37". A proposta de emenda à Constituição, que ficou conhecida como PEC 37, derrubada na Câmara dos Deputados no ano passado depois de mobilização encabeçada pelo Ministério Público, retirava do órgão a atribuição de conduzir investigação criminal. "Pode-se considerar que a resolução é uma espécie de resgate da PEC no processo eleitoral", criticou Giacoia.

Embora tenha lembrado que a coordenação eleitoral em pleitos estaduais (caso de 2014) seja atribuição da Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) do Paraná, que é ligada ao Ministério Público Federal (MPF), Giacoia destacou a integração entre as instituições, especialmente na atuação em período de eleições, "até em razão da capilaridade que temos no Estado, participamos ativamente das eleições". Ao lembrar da mobilização pela derrubada da PEC 37, ele afirmou que a recente decisão do TSE demonstra estar na "contramão do processo evolutivo da sociedade, que já conseguiu a aprovação da Ficha Limpa, Lei de Acesso à Informação e a continuidade das

investigações pelo Ministério Público". "Devíamos gastar o tempo buscando o melhor modelo eleitoral para o Brasil e não discutindo sobre tema já definido na Constituição."

O procurador-regional eleitoral do Paraná, Alessandro José Fernandes de Oliveira, observou que a resolução do TSE poderá criar uma situação inusitada no regime jurídico. "Depois de uma decisão do juiz sobre a abertura ou não de uma investigação, a quem caberia um eventual recurso? Afinal, na Justiça brasileira deve haver pelo menos uma instância recursal", argumenta. Oliveira explicou que a regra criada pelo TSE não interfere na relação entre Ministério Público e cidadão, que continuará

Procurador-regional eleitoral também contesta posição de Toffoli

levando ao órgão denúncias sobre eventuais crimes eleitorais. Contudo, se persistir a resolução, Oliveira sinalizou que o MPF poderá ignorá-la, mantendo os padrões atuais de investigação. "O Ministério Público é independente, então, reconhecendo a inconstitucionalidade da resolução, poderemos agir conforme nossas convicções."

De acordo com o chefe da PRE, o ministro do TSE José Antonio Dias Toffoli, relator da resolução no TSE, teria se equivocado ao dizer que o objetivo seria evitar investigações de "gaveta". "Partiu de um pressuposto equivocado. É impossível uma investigação de gaveta. Os procedimentos são atuados na Justiça, são de conhecimento público, a

menos que haja o sigilo de algumas informações."

Também favorável à continuidade das investigações instauradas pelo MP, "conforme diz a Constituição", o vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, Leandro Rosa, cobra mudanças mais profundas para a melhoria do sistema eleitoral brasileiro. Ele avalia que a matéria é essencial e deveria estar nos currículos das faculdades de Direito. "Faltam na graduação aulas de Direito Eleitoral, para evitarmos que um juiz ou um promotor tenha contato com o tema apenas para passar num concurso ou quando atua em período de eleições."

Segundo ele, a melhor preparação dos integrantes do Judiciário e do MP poderia evitar prejuízos aos candidatos. "É evidente que muitos procuram se preparar o melhor possível, mas, quando ocorre a falta de afinidade com a matéria, podemos ter decisões (na Justiça) longe da realidade."

15 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA LUIZ GERALDO MAZZA

Inverossímil

Para dizer o mínimo sobre a sentença contra Abib Miguel, o Bibinho, é que se torna inverossímil um funcionário subalterno, ainda que da hierarquia funcional, ter tal liberdade de ação na Assembleia a ponto de ser configurado como um chefe de quadrilha como se os deputados, notadamente os da Comissão Executiva, nada tivessem a ver com o ocorrido, conquanto, por vezes, ratificando atos com assinatura de alguns desses desvios funcionais.

Como não entregou ninguém, o enquadramento de parlamentares (Nelson Justus, Alexandre Curi, Hermas Brandão, Nereu Moura, Geraldo Cartário) decorreu de análise do MP e que lhes atribuiu a prática de improbidade.

É possível, conforme os desdobramentos, que o fato acabe tendo influência no processo eleitoral, pois muitas denúncias foram levadas à Justiça contra a atual Comissão Executiva também, uma delas enroscada no STF.



15 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Modelo prisional do PR será avaliado no Maranhão

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza Wille Gomes, e uma equipe de técnicos da pasta embarcam hoje para o Maranhão para detalhar ao governo do Estado nordestino a utilização do Business Intelligence (BI), uma ferramenta de gestão prisional desenvolvida a partir de tecnologia da informação; e também apresentar os projetos de construções de cadeias públicas e de estabelecimentos penais de regime semiaberto.

Durante dois dias será repassado ao governo maranhense o modelo adotado no sistema prisional do Paraná. A visita acontece após um pedido feito pela governadora Roseana Sarney (PMDB). Entretanto, conforme destaca Maria Tereza, a implantação da ferramenta de gestão que possibilita o acompanhamento individual de cada preso vai depender da compatibilidade do BI, desenvolvido pela Companhia de Informática do Paraná (Celapar), com o sistema de informática utilizado no Maranhão.

"Estamos dando nosso apoio e levando o BI e os projetos de construção de cadeias como contribuição. Contudo temos que avaliar as condições para que a implantação do programa seja realizada. Depende de uma análise técnica e só vamos saber se as propostas serão aplicadas a curto prazo após os encontros com a governadora e com o

Poder Judiciário do Maranhão", ressaltou Maria Tereza.

A secretária ainda destaca que para o BI começar a funcionar é necessária uma integração entre os poderes Executivo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros, para o compartilhamento de informações. Segundo ela, somente desta forma é possível acompanhar a situação de cada interno do sistema prisional. "O que permite o aprimoramento da gestão é um sistema de informações de qualidade e isso só ocorre quando as informações são organizadas, quando todos os envolvidos compartilham estes dados a fim de resolver uma situação histórica, que é a execução penal no País. Esta ferramenta (BI) facilita a visão do gestor e gera

impacto na adoção de medidas para solucionar o problema de superlotação, como a análise do cumprimento de penas, dos direitos dos apenados, realização dos mutirões carcerários. Agora vamos aguardar para verificar se é possível implantar este sistema no Maranhão", destacou.

Obras

Os projetos de construção de cadeias públicas e unidades de regime semiaberto também serão apresentados. A confirmação da secretária Maria Tereza vem um dia depois da Justiça maranhense determinou que o Estado construa novos presídios no prazo de 60 dias (veja box). De acordo com ela, as obras, que devem ter a ordem de serviço liberadas pelo governador Beto Richa (PSDB) na próxima semana, podem servir de modelo para o Maranhão porque são projetos com custo menor e que vão criar mais de seis mil vagas em unidades prisionais.



"Temos que avaliar as condições para que a implantação do programa seja realizada", adverte Maria Tereza

15 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA LUIZ GERALDO MAZZA

Fermento da democracia

Democracia é assim: o suposto modelo penitenciário do Paraná, a ser decalcado pelo Maranhão, que leva a secretária Maria Teresa Uille Gomes a São Luis, foi replicado pela base sindical (guardas de presídio e investigadores) que marcou manifestações de protesto. Se a notícia do "modelo" beneficia, embora bem contestável, o governador empenhado na reeleição, o repique dos trabalhadores é sinal de que em política onde há bônus sempre há ônus.

Num governo frouxo, em que o próprio secretário de Segurança se mantém "sub judice" e ainda por cima rejeitado pelos altos escalões de sua corporação, dá para por em destaque uma figura corajosa como a de Maria Teresa, aquela que teve o peito de enfrentar as grosserias do governador Requião na escolinha e certamente saberá sair-se bem da tarefa de levar a boa doutrina ao Maranhão.

Justiça dá 60 dias para construção de presídios

Artur Rodrigues

Agência Estado

São Luís - A Justiça determinou nesta segunda-feira que o governo do Maranhão construa no prazo de 60 dias mais presídios no Estado e contrate agentes penitenciários. Caso o governo do Estado descumpra a ordem, deverá

pagar multa diária de R\$ 50 mil, a ser revertida para o Fundo de Direitos Difusos.

A decisão do juiz Manoel Matos de Araújo, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, atendeu aos pedidos de ação civil pública proposta pelo Ministério Público (MP). De acordo com a decisão, os presídios devem estar em conformidade com as normas do ordenamento jurídico do Brasil e devem ser construídos de preferência no interior. As unidades devem ter número de alojamentos suficientes

para a demanda da população carcerária do Estado.

Araújo determinou também que devem ser realizadas em 60 dias reformas e adaptações nas unidades de Pedrinhas. A decisão ainda dá 30 dias para que todos os candidatos aprovados para o cargo de agente penitenciário sejam nomeados. Ele também incluiu na decisão que sejam realizados concursos públicos para incrementar o sistema penitenciário estadual com pessoal administrativo, técnico, de vigilância e de custódia.

15 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão

Saudades de Ayres Brito

O comentário é de uma advogado que atua em Brasil: dois grandes inimigos dos cartórios e tabeliães de todo o Brasil são os ministro Luiz Fux e esse gaúcho que chegou há poucos meses, nomeado pela presidente Dilma, e que se chama Teori Ravask. Já chegou cancelando liminares concedidas pelo estudioso e sempre equilibrado ministro Ayres Brito. Que estudou o assunto a fundo. Que deixou saudades, pela sua competência e seu bom senso.

15 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

O combate à corrupção no Brasil

FABIO SELHORST

Quando a Siemens encontra indícios de irregularidades, leva proativamente o assunto às autoridades, como no suposto cartel em São Paulo

A sanção da Lei Anticorrupção pela presidente Dilma Rousseff (lei nº 12.846/2013), que entrará em vigor nas próximas semanas, é um importante marco para o Brasil ao cobrar do setor privado uma postura ética em seu relacionamento com o setor público.

Elaborada a partir de políticas internacionais anticorrupção, como a norte-americana "Foreign Corrupt Practices Act" (FCPA) — Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior — e recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a lei ampara a administração pública contra práticas fraudulentas e corruptas e inclui qualquer conduta prejudicial à administração pública.

Conforme determina a lei, as empresas terão seis meses para adotar mudanças organizacionais como o desenvolvimento de programa de obediência às leis ("compliance") e treinamento para seus funcionários. Os critérios de avaliação desses programas serão regulamentados pelo Poder Executivo no devido tempo.

Além disso, ao dosar as sanções, autoridades do governo levarão em conta o grau em que a pessoa jurídica irá colaborar nas investigações, caso haja prática de corrupção.

A partir de agora, a ação preventiva é o mote para empresas que fazem negócios no país. Portanto, é importante que coloquem em prática os processos de conformidade internos e regras de conduta que visam coibir atos de corrupção por parte de seus funcionários. A empresa que adotar boas práticas de governança corporativa estará optando por transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa em suas operações.

As empresas que buscam uma presença mundial sólida de negócio devem promover a cultura de obediência às leis e sua implementação como um valor inato. Porém, estabelecer o programa não é suficiente. Ele deve ser revisto de tempos em tempos, levando-se em conta características da organização como seu tamanho, valor, tipo de transações comerciais, área de atuação e a existência ou não de filiais no exterior. Tudo isso ajuda a criar um retrato claro de cada negócio.

Por isso, a Siemens decidiu implementar globalmente, em 2007, um programa mundial de fortalecimento da ética e integridade, interna e externamente. Criou uma estrutura dentro de empresa que conta com suporte de auditores de fora. Com base no "compliance", quando a empresa encontra indícios de irregularidades, faz uma minuciosa investigação interna e leva proativamente o assunto às autoridades competentes.

Foi o que aconteceu com o suposto cartel no setor metroferroviário de São Paulo. Por meio de averiguações, a Siemens encontrou indícios de irregularidade. Forneceu — e continua fornecendo — documentos para que as autoridades investiguem o caso.

Vale lembrar a previsão pela Lei Anticorrupção de um programa de leniência, pelo qual a administração pública estará autorizada a entrar em acordo com pessoas jurídicas dispostas a colaborar efetivamente com as investigações e o respectivo processo administrativo, desde que a cooperação resulte na identificação de envolvidos no suposto crime e no acesso rápido a informações e documentos que comprovem o delito sob investigação.

Essas medidas fazem com que o sistema legal brasileiro se equipare às práticas anticorrupção adotadas internacionalmente, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, reconhecendo que as empresas com programas eficazes de obediência às leis e dispostas a cooperar com as autoridades em investigações devem receber melhor tratamento, caso alguma irregularidade seja detectada.

Avaliados todos os pontos importantes, a nova Lei Anticorrupção será certamente mais um passo no combate à corrupção, adicionando novos elementos ou circunstâncias para a lista das infrações.

FABIO SELHORST, 37, formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é vice-presidente de assuntos jurídicos e "compliance" da Siemens Brasil

15 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça diz que crime atribuído a coronel na ditadura já prescreveu

Juiz Fernando Porto rejeita ação contra agentes da repressão acusados de ocultar corpo de militante

Procuradoria afirma que não foi notificada oficialmente sobre a sentença, mas que ainda cabe recurso

LUCAS FERRAZ
DE SÃO PAULO

A Justiça Federal de São Paulo considerou prescrito o crime de ocultação de cadáver atribuído a dois agentes da ditadura (1964-1985) pelo Ministério Público Federal.

O coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, 81, e o delegado aposentado Alcides Singillo foram denunciados sob a acusação de ocultar o corpo do militante Hirohaki Torigoe, 27, assassinado pela repressão em São Paulo em janeiro de 1972.

Os procuradores afirmavam que o crime era permanente e não estava anistiado já que o cadáver de Torigoe

não foi localizado até hoje.

Na versão divulgada pelas Forças Armadas, o guerrilheiro morreu durante tiroteio ao resistir à prisão. Sua morte foi divulgada duas semanas depois, e ele foi enterrado com um nome falso.

Na denúncia, baseada em depoimentos de presos políticos e documentos do Arquivo Público de São Paulo, a Procuradoria sustentava que Torigoe foi levado vivo para o DOI-Codi, centro do Exército que Ustra dirigiu entre 1970 e 1974. Lá, teria sido morto após sessão de tortura.

Na sentença, o juiz federal substituto Fernando Porto, da 5ª Vara Federal Criminal, afirmou que a pena máxima do crime de ocultação de cadáver é de 3 anos, mas os fatos ocorreram há 42 anos, estando o crime prescrito. “A ocultação de cadáver possui efeitos permanentes, mas é um crime instantâneo”, escreveu. “[A pena] seria mais

grave para o sujeito que ocultou o cadáver, em relação ao que destruiu, o que é um contrassenso.”

A decisão vai contra um dos principais argumentos do Ministério Público Federal na tentativa de punir agentes que cometeram crimes na ditadura. Para a instituição, crimes de ocultação de cadáver e sequestro são permanentes, não prescrevem e não estão previstos na Lei de Anistia.

A interlocutores Ustra comemorou a decisão, dizendo que não poderia esconder um cadáver que, segundo ele, foi enterrado. O nome falso no sepultamento, acrescentou, se deu por causa dos documentos falsos que o guerrilheiro usava quando preso.

A **Folha** não conseguiu localizar Alcides Singillo.

A Procuradoria informou ontem que ainda não foi notificada oficialmente sobre a sentença, mas que ainda cabe recurso à decisão judicial.

15 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Caos em Pedrinhas é denunciado há dez anos, aponta Justiça

Decisão obriga governo do Maranhão a construir 60 presídios

Paredes danificadas, higiene ruim, falta de funcionários para conter os presos. O caos no complexo prisional de Pedrinhas, no Maranhão, é uma tragédia anunciada há dez anos em sucessivas denúncias à Justiça pelo Ministério Público Estadual.

É o que relata sentença de anteontem do juiz Manoel Matos de Araújo Chaves, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

A decisão judicial obriga o governo do Maranhão a construir, em 60 dias, novas unidades prisionais, especialmente no interior, e a reformar totalmente o presídio.

O prazo começa a ser contado assim que o governo for notificado, o que provavelmente deve ocorrer a partir da próxima segunda-feira.

Para cada um dos itens, se não cumprido, a sentença prevê multa diária de R\$ 50 mil. Cabe recurso.

Pedrinhas está no epicentro de uma crise no governo Roseana Sarney (PMDB). O complexo, projetado para 1.770 homens, abriga 2.196.

Desde o ano passado, 62 presos morreram no local, muitos de forma truculenta.

Em fevereiro de 2003, a Promotoria instaurou inquérito para apurar as condições precárias em Pedrinhas.

No ano seguinte, anexou ao processo relatório da Vigilância Sanitária que aponta a precariedade na distribuição de alimentos e de água. O documento pedia urgência no reparo dos pavilhões.

Em 2005, novo documento do Ministério Público ao governo do Maranhão cobra providências de adequação da estrutura física, que estava superlotada, e de contratação de funcionários.

Naquele ano, a Justiça concedeu a interdição parcial de unidades de Pedrinhas.

A Promotoria tentou em 2006, 2007 e 2010 firmar com o governo maranhense termo de ajustamento de conduta para que o Estado se comprometesse a sanar as falhas. O acordo não foi assinado.

Em 2010, a Vigilância Sanitária volta a desfiar os mesmos problemas de saúde e higiene apontados seis anos e denuncia que presos com doenças infectocontagiosas misturam-se aos demais.

Em resposta ao longo do processo, o governo do Maranhão alegou que não cabe à Justiça determinar ao Estado que realize obras públicas, porque isso depende de dotação orçamentária e das prioridades do governante.

Procurada pela reportagem, a administração não havia se manifestado até a conclusão desta edição.

MÔNICA BERGAMO LONGE DE PEDRINHAS

Em plena crise da segurança no Maranhão, a ausência da chefe do Ministério Público do Estado despertou a insatisfação de membros da instituição. De férias na Europa, Regina Almeida Rocha postava fotos em seu perfil no Facebook em Portugal e Espanha, ao lado da família. Reclamando de negligência e prejuízo à imagem do órgão, um grupo de procuradores interveio para cobrar providências.

LONGE 2

“Depois de visitar todo o norte de Portugal, estou indo amanhã para Sevilha [na Espanha]”, escreveu Regina na rede social, no dia 1º de janeiro. Em uma foto, ela segura sacolas de compras. “Ficamos insatisfeitos com a inércia. O Ministério Público deveria ter agido na linha de frente”, diz a procuradora Themis de Carvalho. Junto com sete colegas, ela pediu a convocação de reunião extraordinária do conselho superior da instituição.

DE VOLTA

A chefe do Ministério Público, que voltou ao trabalho nesta semana, nega omissão. “Minha substituta [a procuradora Terezinha de Jesus Guerreiro] tomou as medidas necessárias.” Segundo Regina, estão em curso ações para obrigar o Estado a reformar o complexo de Pedrinhas, abrir vagas no sistema e promover ressocialização dos presos. “Nós trabalhamos muito. Chego às 7h30 e não tenho horário para sair.”

15 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO



15 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ex-deputado é autorizado a trabalhar fora da prisão

Romeu Queiroz irá atuar em sua própria empresa

A Vara de Execuções Criminais de Ribeirão das Neves (MG) concedeu ontem autorização para que o ex-deputado Romeu Queiroz trabalhe enquanto cumpre sua pena de 6 anos e meio em regime semiaberto pelo mensalão.

Queiroz apresentou o pedido ao STF (Supremo Tribunal Federal) para trabalhar quando ainda estava preso no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

No fim de dezembro ele foi transferido para Minas Gerais, onde cumpre a pena.

Ele reapresentou o pedido à Justiça mineira com a proposta de trabalhar na RQ Participações S/A, empresa de sua propriedade. Segundo o site da Receita Federal, ela atua no ramo de serviços combinados de escritório e apoio administrativo. (SEVERINO MOTTA E MARIANA HAUBERT)

15 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Panorama Político

SENTENÇA INTERMEDIÁRIA

A Justiça brasileira – a paranaense não foge à regra – costuma ser tão lenta que caso como o que o jornal *Gazeta do Povo* denunciou - *Diários Secretos* - que desnudou um escandaloso desvio de dinheiro; ter apresentado resultado em relação a seu principal envolvido, Abib Miguel –Bibinho, em quatro anos, foge à regra. O mensalão, por exemplo, levou muito mais tempo a ser julgado, até porque, envolvendo parlamentares, coube ao Supremo a missão. Diretores da Assembleia que supostamente dividiriam com Bibinho a responsabilidade sobre os fatos denunciados, já haviam sido julgados anteriormente: José Ary Nassif, ex-diretor administrativo, foi condenado por peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro a pena de 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão; Cláudio Marques da Silva recebeu punição idêntica. Outras 9 pessoas já haviam sido igualmente condenadas por participação no esquema. O que surpreende na condenação de Bibinho pela juíza Ângela Regina Ramina Delucca, em tudo igual à dos demais diretores, acrescida de multa, é a reação agressiva de seu advogado contra os que promoveram a investigação, inclusive desqualificando o Gaeco a quem chamou de “braço armado do MP, um grupo nazifascista, que não conhece a ampla defesa e o contraditório”. Como da decisão em primeira instância cabe recurso ao TJ, já anunciado pelo advogado Eurolino Reis, resta saber em que sua reação ajudará a defesa de Abib Miguel. Ele vai assistir o transcurso de sua defesa em liberdade. Os promotores que investigaram os *Diários Secretos*, não se manifestaram sobre o desabafo do advogado Reis.

DÚVIDA AO VENTO!

A defesa de Bibinho acaba promovendo uma outra dúvida em relação ao julgamento, ao afirmar categoricamente que “a sentença é injusta; nada do que está aqui (na sentença) pertence a Abib Miguel. Pode pertencer a outros, mas não a ele”. Que outros seriam esses é a pergunta que fica, na medida em que Reis afirma confiar “cegamente” na inocência de Bibinho!

15 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Número de presos no Brasil aumentou para 584 mil em 2013

No ano passado, 36 mil homens e mulheres engrossaram a população carcerária brasileira, que atingiu, em dezembro de 2013, o total de 584 mil detentos, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça. O aumento foi 6,56% desde dezembro de 2012, quando o número de presos era de 548 mil.

Já em relação aos últimos cinco anos, o aumento foi de 29,42% a partir de 2008, quando o Brasil tinha 451.219 presos. Desde então, 132.781 pessoas ingressaram no sistema carcerário nacional.

O novo contingente de presos no país foi divulgado no último dia 10, em matéria publicada no site do Ministério da Justiça sobre os diferentes tipos de unidades prisionais. O texto, porém, não traz a atualização do número de vagas nas unidades prisionais. Na página do ministério na internet, o último dado disponível é de dezembro de 2012, quando havia apenas 310.687

vagas para um total de 548 mil presos. Ou seja, um déficit de 237.313 vagas.

Ainda segundo os dados de 2012, quase metade da população carcerária (48,9%) era de condenados e acusados por crimes contra o patrimônio, como furto, roubo, extorsão, receptação e estelionato. Outros 25,21% estavam presos por tráfico de drogas.

Por outro lado, apenas 11,81% se encontravam presos, em 2012, pelos chamados crimes contra a pessoa, como homicídio, sequestro e cárcere privado.

Isso em um país onde a taxa de homicídios é de 29 por 100 mil habitantes, muito superior à média mundial, de 8,8 por 100 mil, segundo a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), executada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério da Justiça.

Justiça determina construção de presídios no Maranhão em 60 dias

A justiça maranhense determinou que o governo do estado construa novos presídios no prazo de 60 dias. Na decisão de segunda-feira (13) o juiz Manoel Matos de Araújo, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís (MA), estabeleceu que as construções sejam preferencialmente no interior do estado e que tenham vagas suficientes para atender à demanda atual.

A ação foi proposta em 31 de

maio de 2011 pela Promotoria Especializada na Defesa da Cidadania, do Ministério Público do Maranhão (MP-MA) na tentativa de conter a violação de direitos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O magistrado também determinou que no prazo de 60 dias sejam realizadas reformas e adaptações nos estabelecimentos penais do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Além disso, fixou prazo de 30

dias para a nomeação dos aprovados para o cargo de agente penitenciário no concurso de 2013.

A decisão prevê que sejam realizados novos concursos públicos para o fortalecimento do sistema penitenciário estadual para cargos administrativos, técnicos, de vigilância e de custódia. No caso do descumprimento das decisões, o governo deverá pagar multa diária de R\$ 50 mil para cada medida descumprida.

15 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Liminar suspende devolução de valores por servidores da Justiça do Trabalho

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, em caráter liminar, os efeitos de parte de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a servidores da Justiça trabalhista a devolução ao erário de valores recebidos a título de diferença na conversão da URV em Real. A liminar foi concedida no Mandado de Segurança (MS) 32590, impetrado pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra) e alcança seus associados.

De acordo com a ministra, a determinação da devolução dos valores parece contrariar entendimento do próprio TCU que, em sua Súmula 249, estabelece que é dispensada a devolução de importâncias recebidas, ainda que indevidamente, mas de boa-fé, por servidores ativos, inativos e pensionistas, em virtude de erro de interpretação da lei, tendo em vista o caráter alimentar das parcelas.

A relatora ressaltou que “o deferimento desta medida liminar não constitui antecipação do julgamen-

to do mérito da ação, não constitui direito nem consolida situação remuneratória. Cumpre-se por ela apenas o resguardo de situação a ser solucionada no julgamento de mérito, a fim de que não se frustrem os objetivos da ação”.

Nas informações prestadas, o TCU afirma terem sido identificados pagamentos de “valores superiores aos que deveriam receber, surgindo a necessidade de se adotarem medidas para providenciar o ressarcimento dos valores referentes à URV dos beneficiários”.

TRE-PR afasta a cassação do Prefeito e Vice-Prefeita de Barra do Jacaré

A Corte, na última segunda-feira (13), na primeira sessão do ano, por unanimidade, deu parcial provimento a recurso eleitoral para afastar a cassação dos diplomas e a declaração de inelegibilidade de Edimar de Freitas Alboneti e Edina Aparecida dos Santos Inferdes, mas aplicando a multa de 5.000 UFIR por reconhecer a prática de conduta vedada aos agentes públicos.

Para o relator, Dr. Josafá Antonio Lemes, “não há óbice legal ao administrador mostrar

sua atuação frente à administração pública, desde que de forma moderada a fim de motivar a continuidade da boa gestão”, mas reconhece que “a utilização de bem público em favor de candidato durante o período eleitoral é vedada”.

O Juízo da 57ª Zona Eleitoral de Andará, em Ação de Investigação Judicial Eleitoral fundada em abuso de poder político, tinha determinado a cassação dos diplomas e declarado a inelegibilidade pelo prazo de 8 (oito) anos.

METRO

15 JAN 2014

Perturbação do sossego lidera ocorrências dos Juizados Especiais

A principal autuação registrada pelos Juizados Especiais nesta temporada de verão no litoral do Paraná é relativa a infrações de perturbação do sossego. Foram 142 casos no primeiro período da Operação Litoral, entre os dias 26 de dezembro e 7 de janeiro. Os postos de atendimento foram instalados em Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná.

“Algum vizinho, morador ou pessoa que se sente incomodada liga para a polícia, que vai até o local e encaminha a pessoa que está com som alto para a delegacia onde é feito o termo circunstanciado”, explica a chefe de gabinete da segunda vice-presidência do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), Vanessa Grinberg Machado.

O diferencial desta operação é que a audiência já é marcada para o dia seguinte. “A pessoa vai até o fórum, nós disponibilizamos um magistrado, um promotor e um defensor público e é feita a audiência. Como é um crime de menor potencial ofensivo, se a pessoa não tiver antecedentes criminais, o Ministério Público oferta uma transação para resolver o problema ali mesmo, por meio do pagamento de multa ou a prestação de serviços comunitários”, conta Vanessa.

No total, foram feitas 274 audiências que resultaram em 166 transações penais.

O segundo período da Operação Litoral do TJ-PR será na época do Carnaval, entre os dias 27 de fevereiro a 7 de março.

METRO 15 JAN 2014

Decisão. Casal acusado de alugar barriga vai ficar com a criança

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que uma criança será mantida com o pai que teria "alugado a barriga" da mãe biológica e a registrou no Paraná. Desde os sete meses de vida, a criança vive com o homem e a esposa, que não tem condições de engravidar.

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) apontou que houve negociação da gravidez aos sete meses de gestação e moveu ação para decretar a perda do poder familiar da mãe biológica e anular o registro de paternidade.

A Justiça do Paraná acatou a ação do MP e determinou a busca e apreensão da criança, que deveria ser levada a abrigo e submetida à adoção regular.

O pai que registrou a criança recorreu ao STJ e ganhou o direito de ficar com o filho. O ministro Luis Felipe Salomão entendeu que a criança não pode ser penalizada pelas condutas dos pais, mesmo que irregulares.

A criança foi registrada como filha do pai de aluguel e da mãe biológica, que é prostituta.

O ministro destacou ainda que não se trata de aceitar a "adoção à brasileira", informal, mas de analisar a questão do ponto de vista do interesse real da criança.

A decisão ocorreu em recurso especial do pai e foi tomada na última quinta-feira, durante o plantão judicial.

"De fato, se a criança vem sendo criada com amor e se cabe ao Estado, ao mesmo tempo, assegurar seus direitos, o deferimento da adoção é medida que se impõe."

15 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Concurso para cartórios

O Tribunal de Justiça do Paraná lançou o edital do concurso que deve preencher 503 cartórios extrajudiciais do estado. Segundo as regras divulgadas, 326 serventias serão ocupadas por novos titulares. Outros 177 cartórios serão ocupados por remoção. As provas serão realizadas em 30 de março e as inscrições precisam ser feitas via internet entre os dias 20 de janeiro e 18 de fevereiro.

15 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Modelo prisional do Paraná será apresentado no Maranhão

Objetivo é colaborar para solução da crise prisional verificada no estado

A secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, viaja nesta quarta-feira (15) para o Maranhão. A convite da governadora Roseane Sarney, a secretária e mais uma comitiva de técnicos

apresentarão as experiências de administração penitenciária bem-sucedidas no Paraná, como colaboração na solução da crise prisional do estado.

Segundo Maria Tereza, serão focados pontos importantes: os projetos ar-

quitetônicos das 20 obras que começam a ser executadas no Estado, entre cadeias públicas e unidades de regime de regime semiaberto; apresentação da ferramenta de Business Intelligence (BI), que permite integrar dados do

Poder Executivo e Poder Judiciário para acompanhamento dos presos.

O BI dá agilidade e efetividade aos mutirões carcerários, permite o controle da população carcerária e a regulação da porta de entrada e saída do Sistema Penal.

Decisão sem efeito

A Justiça do Maranhão deu 60 dias para que o governo daquele estado construa presídios de acordo com padrões. A decisão é no mínimo surpreendente, em meio a uma crise que gerou repercussão internacional. Surpreendente porque parece óbvio que não será cumprida. Se o governo maranhense não tomou providências ao longo de toda a sua história, não será em dois meses que vai solucionar um problema complexo, que traz dor de cabeça para qualquer administração pública.

A governadora Roseane Sarney, apesar das críticas

(muitas delas merecidas) sobre sua administração, teve uma postura mais coerente e realista do que a decisão judicial. Pediu ajuda ao governo do Paraná, que conseguiu equacionar parte deste problema e tem um sistema um pouco mais organizado do que o resto do país.

Está claro que este tipo de solução é gradual. As medidas precisam ser tomadas passo a passo, porque além da questão complexa propriamente dita, existe ainda uma parte da política que prefere fazer demagogia e dizer que o cuidado deve ser com a população em geral e não com os detentos.

15 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça considera que crime praticado por Ustra na ditadura prescreveu

A Justiça Federal em São Paulo considerou extinta a punibilidade do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra e do delegado aposentado Alcides Singillo. Ambos eram acusados de ocultação de cadáver pelo desaparecimento do estudante de medicina Hirohaki Torigoe em 1972. À época, Ustra era comandante do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-Codi), um dos maiores centros de tortura da ditadura militar.

O juiz federal Fernando Américo de Figueiredo Porto, substituto



¶ O coronel reformado Brilhante Ustra não responderá pelo crime

da 5ª Vara Federal Criminal, considerou que a prescrição do crime começaria a ser contada a partir do momento da prática do delito. No caso da ocultação de cadáver, com pena máxima de três anos, a possibilidade de punição acabaria em

oito anos. O Ministério Público Federal (MPF) argumenta que como o corpo não foi encontrado, o crime continua sendo praticado, e por isso, não prescreveu. A tese não foi aceita pelo magistrado, que declarou o processo extinto.